

JESUÍTAS E CRIANÇAS NO BRASIL: UM PANORAMA DAS PRODUÇÕES HISTORIOGRÁFICAS

*JESUITS AND CHILDREN IN BRAZIL: AN OVERVIEW
OF HISTORIOGRAPHICAL PRODUCTIONS*

*JESUITAS Y NIÑOS EN BRASIL: UN PANORAMA
DE LAS PRODUCCIONES HISTORIOGRÁFICAS*

FELIPE AUGUSTO FERNANDES BORGES^I

ELENICE ALVES DIAS BORGES^{II}

^IInstituto Federal do Paraná (IFPR), Pitanga/PR - Brasil

^{II}Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá/PR - Brasil

RESUMO Como primeira educação formal a ser empreendida em larga escala no Brasil, a educação jesuíta manteve-se como principal agente formador em terras brasileiras por mais de 200 anos, sendo, assim, assunto relevante para a historiografia da educação e da infância brasileiras. O intento deste trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica de produções versando sobre as atividades dos padres da Companhia de Jesus no Brasil, envolvendo o ensino e a catequese de crianças, no período de 1549 a 1759. O objetivo foi desenvolver um aporte inicial de informações e interpretações sobre o trabalho dos jesuítas com as crianças na Colônia, tendo como base trabalhos produzidos nos últimos anos a este respeito e, assim, contribuir tanto como um texto introdutório ao assunto quanto na perspectiva de delinear novos caminhos de pesquisa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados da Scielo, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Portal de Periódicos da Capes e, também, no buscador Google Acadêmico. Foram usadas palavras-chave tais como “Companhia de Jesus e crianças”; “Companhia de Jesus e infância”; “Jesuítas e crianças”; “Jesuítas e infância”. O que trazemos neste texto é uma visão panorâmica das produções levantadas, apontando pontos principais ligados à temática estudada. Este trabalho, portanto, espera contribuir no sentido de introduzir o leitor ao tema em tela, balizar em que ponto estão as produções a respeito da Companhia de Jesus e sua ação para com as crianças no Brasil e, assim, apontar para novos campos e frentes de pesquisa que podem ser desenvolvidas.

PALAVRAS-CHAVE: COMPANHIA DE JESUS; INFÂNCIA; CRIANÇA; CATEQUESE; BRASIL.

ABSTRACT As the first formal education to be undertaken on a large scale in Brazil, Jesuit education remained the main training agent in Brazilian lands for more than 200 years, thus being a relevant subject for the historiography of Brazilian education and childhood. The purpose of this work was to carry out a bibliographic review of productions dealing with the activities of the priests of the Society of Jesus in Brazil, involving the teaching and catechesis of children, in the period from 1549 to 1759. The objective was to develop an initial contribution of information and interpretations about the work of the Jesuits with children in the Colony, based on works produced in recent years in this regard, and thus contribute both as an introductory text to the subject and in the perspective of outlining new research paths. For that, a search was carried out in the databases of Scielo, the “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”, the “Portal de Periódicos da Capes” and also in the Google Scholar search engine. Keywords were used such as “Companhia de Jesus e crianças”; “Companhia de Jesus e infância”; “Jesuítas e crianças”; “Jesuítas e infância”. What we bring in this text is a panoramic view of the productions surveyed, pointing out main points related to the subject studied. This work, therefore, hopes to contribute in the sense of introducing the reader to the theme in question, to point out where the productions about the Society of Jesus and its action towards children in Brazil are and, thus, point to new fields and fronts of research that can be developed.

Keywords: Society of Jesus; Childhood; Kid; Catechism; Brazil.

RESUMEN Como la primera educación formal que se llevó a cabo a gran escala en Brasil, la educación jesuita se mantuvo como el principal agente de formación en tierras brasileñas durante más de 200 años, siendo así un tema relevante para la historiografía de la educación y la infancia brasileñas. Este trabajo tuvo como objetivo realizar una revisión bibliográfica de las producciones que tratan sobre las actividades de los sacerdotes de la Compañía de Jesús en Brasil, involucrando la enseñanza y catequesis de niños, en el período de 1549 a 1759. El objetivo fue desarrollar un aporte inicial de información e interpretaciones sobre el trabajo de los jesuitas con los niños en la Colonia, a partir de trabajos producidos en los últimos años al respecto, y así contribuir tanto como texto introductorio al tema como en la perspectiva de esbozar nuevos caminos de investigación. Para eso, se realizó una búsqueda en las bases de datos de Scielo, la “Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações”, el “Portal de Periódicos da Capes” y también en el buscador Google Scholar. Se utilizaron palabras clave como “Companhia de Jesus e crianças”; “Companhia de Jesus e infância”; “Jesuítas e crianças”; “Jesuítas e infância”. Lo que traemos en este texto es una vista panorámica de las producciones relevadas, señalando puntos principales relacionados con el tema estudiado. Este trabajo, por lo tanto, espera contribuir en el sentido de introducir al lector en el tema en cuestión, señalar dónde están las producciones sobre la Compañía de Jesús y su acción hacia los niños en Brasil y, así, señalar nuevos campos y frentes de investigación que se puede desarrollar.

PALABRAS CLAVE: COMPAÑÍA DE JESÚS; INFANCIA; NIÑO; CATECISMO; BRASIL.

INTRODUÇÃO

Os estudos em História da Infância têm se desenvolvido sobremaneira no Brasil, onde pesquisadores vem se debruçando sobre diversas frentes de pesquisa, vinculados tanto a programas de pós-graduação em História quanto aos programas de Educação. Diversas possibilidades de estudos se apresentam, tais como a compreensão do desenvolvimento dos conceitos e sensibilidades voltados à infância – em perspectivas mais gerais e não apenas voltadas ao Brasil em si – quanto questões voltadas à educação e políticas públicas brasileiras, bem como questões a respeito do desenvolvimento do conceito de criança e infância em nossa realidade nacional.

De maneira geral, vários autores e autoras se debruçaram sobre questões relativas à infância, tanto de maneira geral quanto questões mais voltadas ao Brasil. Entre os autores que desenvolveram pesquisas a respeito da história da infância, Ariès é certamente pioneiro. No Brasil, entre outros, temos como referência Moisés Kuhlmann Júnior (ARIÈS, 1981; KUHLMANN JR., 1998; 2001).

Frente de pesquisa relevante para a historiografia da educação e da infância no Brasil é, certamente, o período de hegemonia da educação jesuítica. Primeira forma de educação formal a ser empreendida em larga escala na então colônia, a educação jesuíta manteve-se como principal agente formador em terras brasileiras desde a chegada de Manoel da Nóbrega e seus companheiros, em 1549, até a expulsão dos inicianos pelo Marquês de Pombal em 1759.

Este trabalho, assim, está ligado a um projeto de pesquisa intitulado “Jesuítas, ‘curumins’ e portugueses no Brasil Colonial: um estudo das concepções de criança e infância nas cartas jesuíticas (1549-1560)”, que tem como objetivo compreender a concepção, a imagem que os padres da Companhia de Jesus no Brasil faziam a respeito das crianças que catequizavam e ensinavam, durante o primeiro período de trabalho na colônia.

O intento deste trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica de produções versando sobre as atividades dos padres da Companhia de Jesus no Brasil, envolvendo o ensino e a catequese de crianças, no período de 1549 a 1759. O objetivo foi desenvolver um aporte inicial de informações e interpretações sobre o trabalho dos jesuítas com as crianças na Colônia, tendo como base trabalhos produzidos nos últimos anos a este respeito e, assim, contribuir tanto como um texto introdutório ao assunto quanto na perspectiva de delinear novos caminhos de pesquisa.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa nas bases de dados da Scielo, da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, do Portal de Periódicos da Capes e, também, no buscador Google Acadêmico. Foram usadas palavras-chave tais como “Companhia de Jesus e crianças”; “Companhia de Jesus e infância”; “Jesuítas e crianças”; “Jesuítas e infância”.

Como resultado, foram levantados 26 trabalhos entre artigos, dissertações, teses, capítulos e livros. Após análise prévia, 6 destes foram descartados no momento, por não tratarem exatamente da temática em tela, ou por tratarem da temática em espaços diversos ao Brasil Colônia. Utilizamos como critério para escolha dos trabalhos a serem revistos a presença da temática da atuação dos jesuítas junto a crianças no Brasil Colonial e/ou a presença de discussões a este respeito. Foram também selecionados trabalhos que, ainda que não tratassem da ação dos jesuítas no Brasil, debatessem a formação de concepções de

infância no âmbito da Companhia. Há entre os trabalhos levantados produções mais e menos recentes, todas relevantes para o arcabouço historiográfico que pretendemos levantar¹. O que trazemos neste texto é uma visão panorâmica destas produções, apontando pontos principais ligados à temática estudada, bem como as interpretações que autores e autoras empreenderam.

OS JESUÍTAS E AS CRIANÇAS NO BRASIL: ABORDAGENS

Utilizamos como aporte inicial, neste trabalho, três textos já amplamente conhecidos a respeito das relações entre jesuítas e crianças no Brasil Colônia. Os textos “Crianças e Jesuítas nos primeiros anos da evangelização do Brasil”, de Fernando Torres Lodoño (1995), “O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia” (1991) de Mary Del Priore e também “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista” (1999) de Rafael Chambouleyron foram leituras iniciais usadas por nós para principiar a inserção do tema².

Lodoño (1995) aponta em seu trabalho que, entre as atividades catequéticas jesuítas do século XVI, há especial destaque à figura da criança, quase onipresente nas atividades destes padres missionários no Brasil, por exemplo. O autor destaca as obras e coletâneas de documentos de Serafim Leite e menciona que, nos primeiros anos das missões jesuítas, é normal ver as crianças tanto como alvo quanto auxiliares nos trabalhos de missão. Nas cartas, elas são apresentadas como fundamentais no processo de evangelização.

Ao longo de seu texto, Lodoño (1995) enfatiza várias ações jesuítas envolvendo crianças, tais como as referências aos meninos órfãos de Lisboa, que acompanhavam os padres em suas peregrinações, aos meninos indígenas recolhidos e doutrinados em casas e escolas, além da menção de que alguns destes, “mais aplicados” (p. 98) poderiam, eles mesmos, tornarem-se missionários futuramente.

O autor problematiza o cuidado na análise das cartas jesuítas, sendo que a maioria delas, quando envolvia o trabalho com as crianças, tratava-se de cartas de edificação. Entretanto, a ampla presença destas narrativas em diversas fontes, apesar de serem cartas edificantes, aponta para a centralidade dos pequenos na ação da Companhia de Jesus. As diferenças entre a concepção de criança atual e aquela do século XVI são abordadas, apontando ser difícil, em termos de nossa atual concepção do infantil, compreender aquelas atividades que os padres confiavam às crianças.

Lodoño (1995) desenvolve os argumentos se posicionando no sentido de que a utilização das crianças para as missões se inscrevia dentro dos objetivos maiores dos jesuítas no Brasil. A missão destes era converter o gentio, o índio e, para este fim, todos os recursos deveriam ser mobilizados. Utilizar a criança se inscrevia no esforço de utilizar todos os meios para chegar à conversão dos índios, à sua submissão, bem como à diminuição de sua resistência à própria colonização portuguesa.

¹ Cabe ressaltar que há outras produções não abordadas neste trabalho, que está circunscrito ao levantamento bibliográfico realizado para fundamentação historiográfica inicial, no âmbito do projeto de pesquisa supracitado.

² Há outros autores e trabalhos clássicos não abordados. Os três trabalhos citados foram selecionados tendo em conta a possibilidade de acesso e, também, o amplo período histórico abordado por seus autores, dando uma visão panorâmica das ações dos jesuítas com relação às crianças no Brasil Colônia.

Retomando a questão territorial da colonização portuguesa do século XVI no Brasil, presente no “Regimento a Tomé de Souza”, vemos os objetivos de aldeamento, para “redução” do indígena, e ainda o fato de que as crianças indígenas eram vistas como mais suscetíveis à conversão que os adultos. Uma das estratégias, portanto, era separar estas crianças dos adultos, mantendo-as nas casas, colégios, escolas e orfanatos, que na Europa já rendiam alguma fama aos jesuítas por sua organização, tornadas por lá como modelos de ensino. Esse movimento, segundo o autor, se inscreve na valorização que, desde o século XV, se desenvolvia na Europa a respeito da criança, de seu lugar na cena social e mesmo nas liturgias da Igreja. O autor, assim, faz uma ligação entre o interesse jesuíta na evangelização da criança e o quadro mais amplo, do desenvolvimento lento e gradual do interesse geral pela infância (LODOÑO, 1995).

Mas, não havia apenas concordância em todos os assuntos no contexto da Companhia de Jesus. Para tratar sobre isso, o autor discorre a respeito dos sete órfãos de Lisboa que vieram em 1550 ao Brasil, a fim de auxiliar os primeiros jesuítas que haviam aqui aportado em 1549. Ele aponta nuances entre duas narrativas construídas pelas cartas consultadas, uma das quais exalta estes meninos como essenciais para a missão, enquanto a outra linha narrativa os trata como uma esperança que falhou, uma presença que, aos poucos, transformou-se de ajuda a estorvo (LODOÑO, 1995). É um bom exemplo de como as próprias fontes podem apresentar mais de uma narrativa, e mesmo mais de um sentido para um mesmo acontecimento.

Ao dar destaque, em seu texto, para as “casas de meninos”, o autor trata também das discordâncias entre possuir ou não tais casas, dentro da própria Companhia de Jesus. As discordâncias foram capitaneadas, no Brasil, pelo padre Manuel da Nóbrega, favorável às casas, e o padre Luís da Grã, contrário. As discussões basicamente giravam em torno dos meios de financiamento de tais casas, o impacto que isso tinha no voto de pobreza dos inicianos e, ainda, na percepção dos resultados obtidos por meio destas casas. Na prática, o autor considera que houve um “triunfo do pragmatismo jesuítico” (LODOÑO, 1995, p. 105), o que significou que as casas de meninos continuaram a ser implantadas e ampliadas, não obstante às contradições que traziam consigo.

As narrativas apontam que era custoso de se conseguir crianças para as casas. O autor menciona padres que registraram o quão difícil era retirar as crianças de seus pais. Muitas eram mesmo retiradas à força de suas famílias. Relatos de mães escondendo crianças e mesmo de meninos que fugiam de volta às suas famílias são mencionados. Cabe lembrar, como ressalta o próprio autor, de que se tratava de outro tempo e de outra forma de compreensão da própria criança enquanto ser autônomo. Lodoño aponta que:

Convictos do que a fé cristã lhes conferia [sic] superioridade sobre os indígenas, aos padres, parecia lógica, quando não uma benção divina, a captação de crianças ainda que contra a vontade dos pais. Ancorados em sua convicção religiosa e provindos de um mundo onde a criança era vista de outra forma, os padres qualificavam como exagerada a afeição que os naturais nutriam pelos seus filhos e interpretava o instinto das mães de esconder as crianças, como produto de suas crenças erradas. Pouco espaço restava à preocupação sobre o que poderiam sentir pais e filhos, uma vez que acreditavam estar fazendo o melhor às crianças ao separá-las dos “gentios” onde seriam iniciadas em práticas

abomináveis. Sendo este seu pensamento só a eles surpreendia o fato de que as crianças quisessem fugir e de que suas mães as escondessem. (LODOÑO, 1995, p. 106)

O autor argumenta que o objetivo inicial das casas era o de separar os meninos de seus pais, criando-os de forma que não tivessem contato com a cultura (“os costumes”) de seus povos. Entretanto, o texto mostra como, na prática, o que se desenvolvia era uma formação religiosa quase como a dos próprios jesuítas, envolvendo, por exemplo, devoções, orações faladas e mentais, além dos costumes de vestimentas e castigos físicos. Era a formação de uma cultura completamente diferente daquela de seus povos e pais (LODOÑO, 1995).

O texto aponta para o fato de que as casas de meninos não estavam voltadas apenas a uma finalidade assistencial ou educacional, mas, sobretudo, na intenção de instrumentalizar aqueles meninos como pregadores. Segundo o autor, eram meninos que não deixavam de ser indígenas, mas que, mais que isso, eram transformados em indígenas cristianizados, multiplicadores das ações dos padres. O autor chama estes meninos pregadores e catecúmenos de “expressão nítida da aculturação que avança junto com a evangelização” (LODOÑO, 1995, p. 109).

Padres chegavam a descrever estas crianças como “anjos”, e há narrativas de crianças que chegavam a renegar as próprias famílias. A tudo isso, o autor aponta que os jesuítas atribuíam uma ação direta e milagrosa de Deus. Não obstante, ao longo do tempo, um discurso de desqualificação barrou a entrada de indígenas e mestiços brasileiros na Companhia. Apesar de alguns pontos favoráveis apresentados por Nóbrega, por fim prevaleceu a ideia de que os indígenas cristianizados serviriam como ajudantes, tradutores, elementos facilitadores, mas não como sacerdotes jesuítas. As justificativas usadas eram a suposta devassidão da terra, pouca firmeza na fé dos indígenas e outros adjetivos com os quais os padres inferiorizavam aqueles meninos aos quais haviam ensinado. Nas palavras do autor, em meio a esta discussão “os anjos perdem as asas e voltam a ser vistos apenas como índios [...]” (LODOÑO, 1995, p. 112).

O capítulo “O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia”, de Mary Del Priore, trata-se de um texto fundamental, já clássico, que trata diretamente do trabalho dos jesuítas com as crianças no Brasil Colonial. É um texto indispensável aos pesquisadores que têm a intenção de se debruçar sobre a História da Infância, de modo geral, e ainda, mais especificamente, à história da relação entre os jesuítas e as crianças na Colônia.

A autora aborda aspectos da ação jesuítica, mas, além disso, se ocupa também das ideias, das concepções que estes padres desenvolveram a respeito desta criança nativa. Inicialmente trata a ideia que os padres desenvolveram a respeito do “outro”, o indígena que vivia à margem da religião, dos costumes, da “civilização”. Este nativo oscilava, nele, “o divino e o diabólico se alternavam”. A tarefa dos padres era, assim, a transformação, do ambiente e do nativo, sua cristianização, sua civilização (DEL PRIORE, 1991, p. 10-11).

Há uma correlação, na abordagem de Del Priore, entre a “descoberta da infância” (usando o termo de Ariès) na Europa, a crescente preocupação do Estado moderno em proteger a criança pequena e as sensibilidades e concepções dos jesuítas a respeito das crianças, expressas em suas ações junto a estas na Colônia. Na Europa do século XVI se desenvolveram duas concepções, representações de criança: “a da criança mística e a da

criança que imita Jesus”. Ambas as concepções desenvolvem uma divinização da criança como ser imaculado que ainda não havia conhecido o pecado e os maus costumes. Estes ideais difusos no imaginário religioso europeu é que levaram, segundo a autora, “a Companhia [a] escolher as crianças indígenas como o ‘papel branco’, a cera virgem, em que tanto desejava escrever; e inscrever-se” (DEL PRIORE, 1991, p. 12).

A partir destes ideais de infância é que os jesuítas procuraram reproduzir, na Colônia, o modelo de criança em desenvolvimento na Europa. A ação destes padres se orientava, desta forma, a moldar a criança local ao modelo de criança europeu, considerado como o modelo ideal. Neste sentido é que aparecer a figura do “papel branco”, “cera virgem” atribuído pelos jesuítas às crianças, pois era neste papel branco em que eles pretendiam escrever e, além disso “inscrever-se” (DEL PRIORE, 1991). A concepção de criança do jesuíta, percebido pela autora, é do indivíduo que pode ser moldado, transformado, construído segundo o ideal cristão europeu que tanto se desejava desenvolver na Colônia.

Para tanto, a fim de levar a cabo a missão de salvar as almas destes pequeninos, os jesuítas lançaram mão de estratégias para o “adestramento moral” destes. Grande parte destas práticas envolvia a separação entre as crianças nativas e os adultos. Por isso as casas de catecúmenos, colégios, internatos e semi-internatos se fizeram tão presentes nas ações inicianas na Colônia.

Apesar de estarem envolvidos no “sentimento de valorização da criança enquanto um ser cheio de graça e vulnerabilidade corrente na Europa”, os jesuítas não descuidaram, no primeiro momento, da disciplina necessária ao “adestramento moral” que pretendiam. Amor, disciplina e castigo eram usados em conjunto na narrativa e na ação jesuíta, compondo um quadro do que a autora chama de “amor correcional”. Com base neste aspecto, e retomando Ariès, a autora relaciona a disciplina eclesiástica e religiosa à origem da disciplina escolar (DEL PRIORE, 1991, p. 13-14).

Del Priore chama atenção, ainda, para uma nascente “psicologia infantil” – na Europa – trazida à Colônia pelos jesuítas. Nesta psicologia, que estava, nas palavras da autora, “apenas engatinhando”, a idade infantil é vista como “momento oportuno para a catequese [...] momento visceral de renúncia, da cultura autóctone das crianças indígenas, uma vez que certas práticas e valores ainda não se tinham sedimentado” (DEL PRIORE, 1991, p. 14-15).

Sob este objetivo é que se desenvolveram as primeiras escolas e casas específicas para o ensino dos meninos. Sendo instruídos na doutrina e nas primeiras letras, os pequenos se envolviam nos costumes católicos a ponto de serem descritos nas cartas “disciplinando-se com uma devoção até fazerem sangue”, além de serem descritos, em outras cartas, abominando “os usos de seus progenitores” (DEL PRIORE, 1991, p. 17). A mudança de costumes, a expressão de usos e costumes cristãos, a inserção dos pequenos na “civilização” são fatos que a autora sublinha nas fontes jesuíticas sobre as quais se debruça.

O trabalho analisa, ainda, questões de mobilidade destes pequenos indígenas, por vezes empregados como tradutores, os “línguas”, a acompanhar os padres em suas viagens de missões, além de dar destaque para os espaços em que as escolas e casas eram postos em funcionamento, a alimentação e vestimenta dos pequenos, suas atividades de lazer, a sensibilidade musical apontada pelos padres e os autoflagelos, as “disciplinas” a que se submetiam (DEL PRIORE, 1991).

Por fim, a autora mostra o desapontamento dos padres, “O ressentimento, a mágoa, a decepção” ao verem embotar a “santidade” dos meninos frente ao final da fase da infância. Frente ao envelhecimento dos meninos, que então começavam a “apoderar-se de si”, os padres se mostram decepcionados ao verem que os mesmos seguiam caminhos diferentes daqueles imaginados pelos eclesiásticos. Para a autora, “A puberdade [...] é a idade perigosa e ingrata na qual as raízes falam mais alto. [...] A puberdade marca, por fim, a expulsão do paraíso prometido pelos jesuítas, onde na realidade eles não queriam ter nada mais do que crianças dóceis e obedientes” (DEL PRIORE, 1991, p. 23). Lodoño (1995) mostra como alguns padres culpavam a devassidão da terra ou uma suposta inferioridade dos indígenas na tarefa de se manterem firmes nos ensinamentos dos padres, enquanto Del Priore (1991) encerra o trabalho afirmando que a puberdade e a adolescência dos meninos indígenas marcavam, claramente, o momento de rompimento com o “tempo jesuítico”: o momento em que voltavam às suas origens, imbuídos de contribuições da cultura europeia cristã, mesclando-as, sincreticamente, com a cultura autóctone que, temporariamente, tinham sido obrigados a deixar. Parafraseando Lodoño (1995), podemos dizer que os meninos, ao passarem pela puberdade, perdiam as asas que haviam ganhado dos padres.

Outro importante texto, e que tem um desenvolvimento de argumentos paralelo aos dois anteriores é o “Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista” (CHAMBOULEYRON, 1999), integrante do livro “História das crianças no Brasil”, organizado por Mary Del Priore. Neste texto, Chambouleyron faz um apanhado de diversos aspectos do trabalho dos padres da Companhia de Jesus junto às crianças na Colônia.

Retomando uma extensa documentação, o autor aborda aspectos relacionados ao dia a dia do trabalho de catequese e aculturação, como procissões, festas religiosas, as “disciplinas” a que os pequenos curumins se submetiam, entre outras questões.

O texto aponta para o desejo dos inicianos pela formação de “uma nova cristandade” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 58) a partir da conversão destes pequenos. O autor aponta para uma certa desilusão jesuíta na catequese dos nativos adultos, com um consequente efeito de voltar a atenção destas às crianças. Essa “decepção” jesuíta na catequese dos nativos adultos é quase unanimidade na historiografia consultada para elaboração deste trabalho.

Em concordância tanto com o trabalho de Del Priore (1991) quanto com o de Lodoño (1995), Chambouleyron demonstra a visão dos jesuítas de que “nos meninos se poderia esperar muito fruto, uma vez que pouco contradiziam a lei cristã” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 58). Vemos, ao longo da exposição do autor, que ele também enfatiza que a predileção dos jesuítas pelo ensino dos meninos se dava, entre outros fatores, pela pouca resistência que estes demonstravam no contato com a cultura cristã.

Lodoño (1995) menciona a incompreensão jesuíta (e mesmo a atribuição à ação de demônios) a respeito dos pais e mães indígenas que resistiam em entregar seus filhos aos missionários. Chambouleyron sublinha, por sua vez, “constantes referências ao desejo dos índios de entregarem seus filhos para que fossem ensinados pelos padres”, o que pode denotar, para o autor, uma tentativa por parte dos nativos “de estabelecer alianças entre grupos indígenas e padres” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 59). Na lógica da colonização, em que força e violência foram usados como meios de dominação, faz sentido compreender como a cessão de crianças, por parte de grupos indígenas, pode ter sido utilizada como

forma de agradar um importante grupo de representantes dos colonizadores, quais sejam os padres e missionários. Neste aspecto, fatores muito além da formação nas letras ou na religião estariam ligados ao fato de grupos nativos entregarem (ou não) suas crianças para receberem educação dos padres da Companhia de Jesus.

Segundo Chambouleyron, havia, entre os jesuítas, uma ideia de “substituição de gerações” com relação aos indígenas: a partir da catequese e ensino dos padres, aqueles meninos, cristãos, doutrinados, viriam a suceder seus pais, sendo as novas gerações de indígenas já iniciadas sob o manto da cristandade (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 60). Neste sentido aponta, como pode-se ver nas cartas dos jesuítas, que eram valorizados os aspectos relacionados à mudança de costumes, à mudança cultural propriamente dita. A educação destas crianças deveria envolver não apenas o aprendizado de orações ou regras de fé, mas, substancialmente, modificação na maneira de viver, conviver e se comportar, remetendo-nos novamente ao conceito de “civilização” do indígena, que abordamos na apresentação dos trabalhos anteriores. Como exemplos, cita casos de meninos convertidos que “davam-se a ofícios” e outros que “finalmente ganhavam sua vida ao modo dos cristãos”, para concluir que “A educação das crianças implicava, assim, uma transformação radical da vida dos jovens índios” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 61).

Naquilo que chama de “cenas da vida religiosa”, Chambouleyron descreve o dia a dia dos meninos nas aldeias dirigidas pelos padres: nestas reduções, os meninos não habitavam em espaços junto com os padres, mas moravam normalmente com seus pais (também aldeados) e aprendiam diariamente e de forma mnemônica, a doutrina, ler, escrever e contar nas escolas existentes para este fim. Os castigos e disciplinas também são abordados pelo autor, mostrando que nas aldeias havia o tronco e o pelourinho, embora os castigos físicos devessem ser, preferencialmente, administrados por pessoas de fora da Companhia (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 62-63).

A música e o canto também eram centrais na prática jesuíta, pois eram ao mesmo tempo instrumentos de ensino dos valores e da cultura cristãos e, também, de costumes portugueses, visto que os meninos eram “ensinados a fazer as ‘suas danças à portuguesa com tamborins e violas, com muita graça, como se fossem meninos portugueses’”. No mesmo sentido, estão as festas religiosas, as procissões e as disciplinas corporais, uma vez que os meninos deveriam “aprender a ter uma outra relação com o corpo, agora macerado e domado” (CHAMBOULEYRON, 1999, p. 65-66). Assim, os costumes de canto e danças, as disciplinas, o fazer procissões, ir à missa, rezar, etc. são todas questões relacionadas à formação, nestes pequenos, de uma nova natureza, civilizada, cristianizada, diferente de sua natureza autóctone.

Para atender a esta finalidade, de cristianizar e civilizar é que foi formada, nas palavras de Chambouleyron (1999, p. 72) “uma estrutura que permitisse viabilizar o aprendizado e, conseqüentemente, a catequese das crianças indígenas e dos filhos de portugueses”. Neste ponto o autor concorda com a abordagem de Lodoño (1995) a respeito da querela entre Nóbrega e Luís da Grã, sendo que a perspectiva pragmática se sobrepôs, ensejando o grande número de casas, colégios e outras instituições que a Companhia veio a ter no Brasil.

A partir da leitura, e embasados nas percepções destes três autores inicialmente analisados, é que desenvolvemos a continuidade do trabalho, com o estudo e exposição dos

autores e trabalhos posteriormente pesquisados, sob os critérios que acima elencamos. Continuamos nossa exposição a partir dos artigos científicos selecionados em nosso levantamento bibliográfico.

Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Júnior são autores que também têm se dedicado ao estudo dos jesuítas na Colônia, sobretudo sua ação educacional e catequética. No artigo “A pedagogia brasileira nos primeiros tempos da colonização: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas”, publicado em 2017, os autores, debruçando-se sobre uma ampla gama de fontes primárias, tratam da educação no início da colonização brasileira. Consideram educação no sentido lato, da catequese, do teatro e da música, mas também do ler e escrever e do ensino de ofícios.

Tratando separadamente, primeiro o ensino da leitura e escrita, depois o uso do teatro para catequese e transmissão da língua portuguesa e, por fim, a aprendizagem dos ofícios, os autores destacam o que chamaram de “dialética entre imposição e improvisação”. Consideram a imposição como “o padrão externo que Portugal desejava implantar nas terras brasileiras” e a improvisação como “as práticas criativas que a força do meio gerou” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 13).

Destacam o ensino das crianças ao tratar sobre as “casas” ou “confrarias de meninos”, primeiras instituições voltadas ao ensino de leitura e escrita no Brasil. Tudo isso, evidentemente, inseparável da catequese pois, segundo os autores, educação, colonização e catequese são um amálgama quando se analisa o contexto dos séculos XVI e XVII. Os autores argumentam que era necessário, essencial até, a aprendizagem da língua do colonizador para melhor catequese destas crianças indígenas (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2017).

Sobre o Teatro, afirmam que os jesuítas, no Brasil, recorreram a formas “lúdicas” de transmissão dos valores ocidentais e da língua portuguesa. Junto ao teatro, apontam a música, a dança e mesmo jogos como elementos lúdicos concorrentes a esse fim. Embora não destinado apenas às crianças indígenas, podemos entender que grande parte destes esforços era voltados a estas. Sobre o teatro e a ludicidade como meios de educação do indígena, os autores apontam que os jesuítas:

Observando seus costumes [dos indígenas], logo perceberam o forte traço lúdico da sua cultura e, assim, começaram a praticar atividades centradas na música, na dança, na “teatralidade” da vida tribal repleta de rituais, movimentos, cores e sons para que, por meio delas, o cristianismo fosse assimilado com o recurso dos próprios valores dos índios, ou seja, todo o empenho dos jesuítas consistia em “cristianizar” os valores indígenas. (BITTAR, FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 24).

Outra estratégia dos jesuítas foi a educação das crianças. Isso porque, depois das frustrações em converter índios adultos, eles perceberam a vantagem de primeiro, conquistar a alma da criança para que, então, ela própria se constituísse em obstáculo aos “maus costumes” dos pais (BITTAR, FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 26). Assim,

[...] uma vez constatado que os adultos eram arredios à conversão, foram as crianças – mamelucas, índias, brancas, e negras – que se constituíram no objeto da ação missionária jesuítica. Particularmente no primeiro século da coloniza-

ção, os alunos dos colégios mantidos pela Companhia de Jesus eram recrutados entre as crianças mamelucas e indígenas, [...]. (BITTAR, FERREIRA JÚNIOR, 2017, p. 27)

Outro trabalho dos mesmos autores é o artigo “Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16”, publicado no ano 2000 e referência para a área de estudos sobre a relação da Companhia de Jesus com a infância no Brasil. Neste texto os autores trabalham as formas que educação e catequese assumiram na colônia no século XVI, sob a ótica da “imposição do padrão cultural ocidental-cristão” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2000, p. 452).

Os autores apontam, mais uma vez, como os jesuítas perceberam, cedo, que os indígenas adultos seriam de difícil conversão, devido às concepções de mundo e aos costumes culturais já enraizados em suas vivências. Nudez, poligamia, antropofagia e nomadismo faziam parte da cultura de vida e existência de parte dos povos nativos aqui localizados. Para os padres, a reversão de tais costumes seria custosa, quando possível. A conversão e catequese dos “curumins” pareceu o melhor caminho a se tomar (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2000).

Entre as estratégias usadas para atrair os pequenos índios, trazem o caso dos sete órfãos vindos de Lisboa, que cantavam e faziam procissões pelas vilas, além do fato de alguns indígenas, e mesmo brancos, entregarem seus filhos para que recebessem educação dos padres da Companhia. Discorrendo sobre o plano jesuítico de “aculturação” do índio, os autores, apoiados em proposições de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, comparam a ação da Companhia de Jesus às ações dos colonos e da Coroa, concorrendo ambas para a redução do gentio à cultura ocidental é à fé cristã, ou, ainda, à civilização destes (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2000).

Os trabalhos acima mencionados, de Bittar e Ferreira Júnior (2017; 2000) vão ao encontro dos posicionamentos inicialmente analisados, sobretudo de Chambouleyron (1999), quando destacam o uso do teatro e falam sobre o “forte traço lúdico” e a “teatralidade” da vida tribal. Chambouleyron também destaca estas questões quando discorre sobre os usos das músicas e danças como forma de aculturação do indígena. Podemos entender, por meio destas leituras, que os autores até aqui apresentados dão grande importância a este traço lúdico da cultura autóctone, que outros autores também destacarão abaixo.

Os trabalhos acima mencionados desenvolvem uma narrativa ampla da ação dos jesuítas, na educação e na catequese colonial. Alguns trabalhos levantados nesta revisão, entretanto, tratam de assuntos mais específicos, como os colégios e casas da Companhia, ou mesmo as ideias educacionais que permeavam as ações destes padres.

Um destes trabalhos é o artigo “História Social da criança: subsídios para a pesquisa historiográfica da infância (1530-1599)”, publicado em 2015, de autoria de Humberto Guido. Neste texto o autor trata da convergência entre o desenvolvimento da sociedade capitalista burguesa e o desenvolvimento dos conceitos referentes à criança e sua escolarização. Seu foco, neste trabalho, está no século XVI, analisando especificamente as contribuições de Erasmo e a expansão de locais de ensino, colégios, sobretudo por obra da Companhia de Jesus. Em síntese, podemos dizer que este trabalho coloca em questão o protagonismo jesuíta no desenvolvimento da escola moderna e, por consequência, no desenvolvimento do próprio conceito de infância. O autor aponta que:

Apesar do seu entusiasmo pela educação, Erasmo não postulava a institucionalização da instrução infantil. Bem diferente foi a postura dos jesuítas, responsáveis por uma obra pedagógica de grande relevância, tanto pelo tempo em que se manteve em vigor, quanto pelo número expressivo de escolas e estudantes matriculados, tudo isso contribuiu para a consolidação da escola na modernidade. [...]

A importância da iniciativa dos jesuítas reside na expansão acelerada da educação escolar, o que impactou na sociedade da época e fez da escola uma instituição social que aos poucos foi se fazendo obrigatória. (GUIDO, 2015, p. 610-611)

O autor trata da concepção educacional de Erasmo primeiramente, destacando suas contribuições para o pensamento educacional enquanto autor humanista. Destaca, porém, que os escritos de Erasmo não apontam para a necessidade da escolarização em massa. Nesse sentido, uma das mais relevantes contribuições dos jesuítas para o desenvolvimento da educação na Modernidade, segundo o autor, foi a criação de uma ampla rede de colégios, o que, de certa forma, foi uma maneira de fazer a escola necessária (GUIDO, 2015).

A infância aparece no trabalho quando se trata das concepções de educação de crianças desenvolvidas pelo humanismo, mais especificamente por Erasmo e, além disso, quando se trabalha o desenvolvimento da educação jesuíta, também muito voltada ao público de crianças de várias idades. A educação jesuíta, porém, desenvolveu um método, o *Ratio Studiorum*, além de institucionalizar a educação das crianças e jovens por meio de sua ampla rede de colégios espalhados pela Europa e Ultramar (GUIDO, 2015).

Também tratando de temática ligada aos colégios da Companhia de Jesus há o texto “O Colégio Jesuíta no contexto do Século XVI: formação de um novo homem”, publicado em 2017 por Fernanda Santos.

Usando como arcabouço as teorias do sociólogo Norbert Elias, a autora tem como objetivo desenvolver a ideia de como os colégios jesuíticos, sobretudo no século XVI, desenvolveram normas civilizadoras nos jovens que por eles passavam (SANTOS, 2017). Por suas características e escopo, este trabalho converge para muitas questões semelhantes ao artigo de Guido (2015). Ambos tratam a forma como os colégios da Companhia, para além de espaços de educação formal, se tornavam também espaços de aculturação, ou, usando o termo de Norbert Elias, espaços para desenvolvimento do processo civilizador, sobretudo dos povos nativos, quando alcançados por estas instituições.

Um dos objetivos das reformas religiosas (protestante e católica), segundo Santos, foi o de desenvolver a formação religiosa das crianças. Tal fato remeteu, em ambos os casos, à escolarização. Assim as reformas religiosas do século XVI acabaram, como efeito colateral, desenvolvendo uma maior percepção com relação às necessidades educacionais da criança e da infância, mesmo que inicialmente voltadas sobretudo à catequese (SANTOS, 2017). A Companhia de Jesus, contemporânea a estes acontecimentos, não se descola deles. A autora, inclusive, cita que:

O próprio surgimento da Companhia de Jesus assentou no desejo de reformar a vida e os costumes para combater os vícios, sendo que o meio mais eficaz seria começar pela educação dos jovens, ensinando-lhes a serem cristãos desde a sua tenra idade. Conceitos como piedade e virtude permearam o ensino dos Jesuítas. (SANTOS, 2017, p. 170)

Nesse sentido, entendemos que os colégios e a própria ação jesuíta, norteados pela Reforma Católica, pelo Concílio de Trento, e pela necessidade de catequização dos povos “descobertos”, orientou para a especialização paulatina da infância, bem como dos espaços de educação destinados a ela. Neste sentido, o trabalho vem ao encontro do que Del Priore (1991) tratou como uma espécie de espelhamento, por parte dos jesuítas, dos sentimentos e sensibilidades da infância, paulatinamente em desenvolvimento na Europa, para os locais de sua ação no Ultramar. A infância e sua especialização estava em desenvolvimento na Europa, conforme aponta Ariès, e os jesuítas, participantes daquela cultura e daquele tempo, a traziam para os espaços não europeus.

Em sentido parecido, desenvolve-se o artigo “Jesuítas e ensino religioso no Brasil”, publicado no ano de 2021 por Eraldo Leme Batista. O autor tem como objetivo desenvolver uma análise a respeito da educação empreendida pelos jesuítas no Brasil Colônia, com ênfase em seus aspectos religiosos, no período de 1549 a 1759. Aponta no trabalho, em conformidade com a historiografia, que frente à dificuldade de catequese do indígena adulto, muito cedo os jesuítas se voltaram para a educação das crianças indígenas (BATISTA, 2021). É este aspecto do texto que interessa à presente revisão.

O principal ponto do autor, neste texto, é refletir a respeito do ensino religioso no Brasil. Ele defende que, como os jesuítas tinham o apoio formal da Coroa, e dirigiram hegemonicamente a educação no Brasil por mais de 200 anos, a primeira educação religiosa no país foi, também, uma educação estatal. Esta educação, conforme já vimos em outros trabalhos supracitados, se voltou, em determinado momento, sobretudo às crianças indígenas da Colônia. Assinala o autor que “[...] a história do ensino religioso no Brasil esteve, desde a sua origem, vinculada à história da educação do país, uma vez que a educação e o primeiro método pedagógico foram introduzidos aqui pelos padres da Companhia de Jesus” (BATISTA, 2021, p. 2).

Na confluência de interesses entre a Coroa Portuguesa e a Companhia de Jesus, o autor é de parecer que ambas eram beneficiadas. A este respeito, aponta que os jesuítas:

Chegaram no país implantando um novo comportamento, uma nova cultura, uma nova forma de organização societal, na qual os índios seriam aos poucos disciplinados, orientados, catequizados para uma nova religião, um novo Deus e novos modos de viver e conviver, mudando seus hábitos e costumes. Nesse processo, a religião era fundamental para que os nativos aceitassem a colonização sem criar resistências. (BATISTA, 2021, p. 4)

Aculturar, converter, disciplinar, conformar, seriam as tarefas educacionais dos padres da Companhia no Brasil. Em síntese, estes padres trabalhavam por criar um ambiente cultural e religioso propício para a vida dos colonizadores que aqui se instalavam. No entanto, as dificuldades dos primeiros contatos e tentativas de aculturação dos indígenas adultos logo mostraram aos padres que seria necessário outro caminho para o que pretendiam realizar. A fuga, resistência, ou simples retorno dos indígenas adultos catequizados às suas antigas práticas, levaram os inicianos a, paulatinamente, pender sua atividade de catequese para as crianças (BATISTA, 2021). Batista assim descreve a mudança:

Ao constatarem a aversão que os índios adultos apresentavam no tocante à ação evangelizadora, os clérigos da corporação religiosa mudaram a prática da evangelização, priorizando o trabalho com as crianças (os curumins). Na nova tática catequizante, as crianças nativas eram tidas como mensageiras de uma dupla potencialidade: primeiro, elas ainda não estavam totalmente “contaminadas” pelas noções culturais tidas como pecados e, segundo, mediante a incorporação da doutrina católica, questionavam os costumes culturais praticados pelos índios adultos. (BATISTA, 2021, p. 6)

Vemos que as crianças, os curumins, assim, tinham a “vantagem” de não estarem demasiado inseridos nas culturas locais e de poderem ser usados como pequenos missionários, ou “meninos pregadores”. Nesse ponto, o autor destaca como o uso dos recolhimentos e internatos para crianças indígenas, assim como a prática do aldeamento foram importantes na estratégia jesuíta de modificar hábitos, culturas e mesmo o modo de vida dos nativos. Ao separar os meninos de suas famílias em internatos, ou mesmo separar grupos de indígenas em aldeamentos, os jesuítas podiam imprimir uma rotina, costumes e modos de vida completamente distintos daqueles que usualmente eram desenvolvidos por estes povos. De forma geral, “ocorreu uma ruptura brusca, imperiosa e sem limites na vida dos índios, em suas tradições, culturas, comportamentos, valores, com seus sentimentos sendo desconsiderados sem piedade para contraírem novos hábitos e costumes” (BATISTA, 2021, p. 6).

Nesta tarefa, foram utilizados vários meios, tais como a música, o teatro, o ensino da língua portuguesa e mesmo a elaboração de um catecismo bilíngue. Em todas estas estratégias, os costumes portugueses, europeus, católicos, são valorizados, enquanto os costumes indígenas são menosprezados, reputados como pecaminosos e mesmo obras de demônios (BATISTA, 2021). A suprema realização, concordando com Del Priore (1991), Lodoño (1995) e Chambouleyron (1999), além de outros supracitados, era o momento em que os pequenos “abominavam” os costumes de seus pais. Todo um esforço para mudança de postura, de costumes, de modo de vida: este era o empreendimento da ação da Companhia de Jesus.

Por fim, o autor aponta em seu texto que, com o desenvolvimento da colonização, o aumento das massas urbanas e o incremento do comércio, houve uma transformação na educação necessária na Colônia. Nesta esteira, uma segunda forma de educação emerge na Companhia, que é a institucionalização de Colégios, em que filhos de colonos podiam fazer sua formação inicial, que os preparasse para posteriormente cursar as universidades na Europa. Era, naturalmente, uma educação diferente daquela ministrada aos pequenos curumins (BATISTA, 2021). De forma geral, o texto nos traz alguns pontos importantes a este estudo, ao delimitar a centralidade que a criança, portuguesa ou indígena, tinha para a prática pedagógica dos jesuítas no Brasil.

Já o texto de Antônio Marcos Chaves, “Os significados das crianças indígenas brasileiras (séculos XVI e XVII)”, publicado em 2000, busca, na utilização de cartas jesuíticas e outros documentos históricos, levantar os significados atribuídos por diferentes atores sociais a respeito das crianças indígenas no Brasil dos séculos XVI e XVII.

Com relação aos jesuítas, aponta-se que, mesmo não em sentido totalmente claro, estes compreendiam a criança como um ser em uma fase particular da vida, em desenvolvimento e mais maleável. Mesmo que historicamente o conceito de infância não estivesse claro para aqueles padres, segundo Chaves, é possível encontrar algo como um sentimento

de infância nos missionários da Companhia de Jesus (CHAVES, 2000). Este é mais um exemplo de trabalho que vai ao encontro do posicionamento de Del Priore (1991), relacionando o desenvolvimento da ideia de infância na modernidade europeia com a ação da Companhia de Jesus junto às crianças.

O autor inicia a exposição mostrando, por meio de documentos, que os estrangeiros que passaram pelo Brasil e fizeram seus relatos, de forma geral, destacavam o cuidado e a estima que os indígenas tinham para com suas crianças. O cuidado dizia respeito tanto ao asseio quanto à alimentação e convivência familiar. Mais tarde, ainda, por influência da cristianização, muitos apresentavam grande cuidado com relação ao batismo das crianças. Este cuidado e atenção tinha uma correlação que não agradava aos jesuítas: a resistência das mães indígenas em entregar seus filhos para irem viver nas aldeias com os padres. Diante da resistência em entregar os filhos, por parte dos indígenas, os jesuítas trabalhavam no sentido do aliciamento das próprias crianças. Por meio da catequese, incutiam a religião cristã e, em termos mais profundos, o desprezo pelos costumes dos pais – também apontado por Lodoño (1995). De acordo com o autor, não são poucos os relatos, em cartas dos jesuítas, de crianças que voluntariamente escolhiam viver com os padres em detrimento de suas famílias (CHAVES, 2000).

Com o tempo, outro problema apontado pelos religiosos era o de meninos que, ensinados pelos padres nos aldeamentos, resolviam fugir de volta às suas famílias e antigos costumes. Para coibir tais recorrências, os jesuítas lançaram mão de uma política de castigos e coerção, levados a cabo pelos poderes civis locais. O autor afirma, ainda, que os indígenas do Brasil, segundo relatos das fontes das quais se utiliza, não usavam castigos físicos para com suas crianças. Nesse ponto, sua conclusão é de que foram os religiosos portugueses, capuchinhos e jesuítas, os responsáveis por introduzir tais práticas no Brasil (CHAVES, 2000).

Ao tratar sobre as mulheres e meninas indígenas, o autor assinala que havia reservado, para elas, o espaço de coadjuvante mesmo nas sociedades indígenas, estas também dominadas pelos homens. Quanto aos padres jesuítas, o autor explica que havia concordância com a situação de submissão das mulheres e meninas indígenas, sendo fato que a documentação de origem jesuíta muito pouco se ocupa do ensino e educação das meninas. Até onde é possível saber pelos documentos, não houve uma escola de meninas propriamente dita, pois o principal alvo dos padres da Companhia era a catequese dos meninos (CHAVES, 2000).

O autor ainda retoma, em concordância com outros trabalhos citados, o destaque de que os jesuítas perceberam, ao longo de sua experiência, ser mais viável a catequese dos pequenos que dos adultos. Cita Anchieta, que em carta escrita no ano de 1554 afirmava: “estes, entre os quais vivemos, trazem-nos voluntariamente seus filhos para os ensinarmos, os quais, **sucedendo depois a seus pais, tornem o povo agradável a Cristo**” (ANCHIETA, 1554a, p. 39, apud CHAVES, 2000, p. 20, grifo nosso).

Há no texto uma retomada da progressiva abertura de casas-escolas em que os meninos aprendiam a ler e a doutrina, seguido pela fundação de colégios pelas diferentes localidades em que os jesuítas se espalhavam. Destaca-se que nos colégios o ensino era voltado para a formação de novos padres, mas que em todos estes havia sempre anexa uma casa para ensino dos meninos indígenas e portugueses (CHAVES, 2000).

O autor vai ao encontro de outros trabalhos ao apontar como as escolas eram voltadas ao aprendizado da doutrina, leitura e bons costumes, destacando os casos relatados pelos jesuítas de que os meninos “não só abandonassem os costumes indígenas, mas passassem também a abominá-los” (CHAVES, 2000, p. 21). Os meninos que viviam com os padres, além de aprenderem a doutrina e a leitura/escrita tinham também atividades laborais, tanto relacionadas ao seu sustento quanto, também, as atividades de apoio às missões catequéticas:

A condição de existência do menino índio que morava com os jesuítas incluía, sem dúvida, a exigência de trabalhar para o seu próprio sustento, o que era considerado pelos inacianos como próprio e adequado durante a infância. Contudo, os trabalhos com objetivos religiosos, nos quais os meninos estavam sempre atuando, são destacados pelos jesuítas, uma vez que há referências a eles em quase todas as cartas analisadas e em algumas delas, descritas pormenorizadamente. (CHAVES, 2000, p. 22)

Os meninos acompanhavam os padres nas missões e, em certos casos, serviam, nas palavras do autor “como troféus”, denotando o sucesso do trabalho destes padres, tendo alguns sido levados, inclusive, para a Europa (CHAVES, 2000, p. 22). No dia a dia das missões, os meninos serviam como atrativos aos demais indígenas e crianças não cristianizadas, além de ajudarem nas missas e demais liturgias, servirem como tradutores (os chamados “línguas”) ou mesmo pregadores em língua nativa. São várias as ocupações e ocasiões em que os meninos serviam como auxiliares dos padres. Aqui, como em Chambouleyron (1999), o trabalho, a ocupação do tempo, é mostrado como um dos meios para civilização e aculturação dos indígenas. Trabalho manual ou catequético, o fato de os pequenos se ocuparem em iniciativas laborais era visto como benéfico, como característica intrínseca vida cristã.

Sobre a concepção de infância dos jesuítas, o autor é categórico ao afirmar que:

[...] os inacianos concebiam as crianças como tendo particularidades, ou seja, especificidades que as tornavam mais maleáveis que os adultos. Reconheciam que estavam em período de desenvolvimento, no qual a formação do futuro adulto deveria ser moldada. Havia, entre eles, portanto, um sentimento de infância, apesar de pouco claro. Este sentimento justificava a falta de respeito em relação à criança, pois a consideravam como uma pedra bruta a ser esculpida [...]. A catequese e a dominação eram justificadas como via de salvação dos pequeninos [...]. (CHAVES, 2000, p. 23-24)

Nesta concepção de criança dos jesuítas estava a justificativa necessária para sua utilização como mão-de-obra para o trabalho, tanto manual quanto catequético. Os jesuítas, nesta concepção, utilizaram-se do trabalho gratuito dos meninos para auxiliar na missão que haviam recebido para as terras brasileiras (CHAVES, 2000).

Monique Brust, no artigo “Corpo submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII”, publicado em 2007, também trata de aspectos ligados ao trabalho e à “domesticação” dos corpos indígenas, relacionados à ação jesuíta. Ao tratar de aspectos ligados ao corpo e ao dia a dia dos nativos, o texto dialoga com os conceitos trabalhados em Chaves (2000).

Ao tratar os conceitos que os europeus desenvolveram, no século XVI, a respeito dos povos ameríndios, a autora trabalha com a ideia de que fazia parte da missão de catequização, ou de “civilização”, como denomina, educar o próprio corpo do nativo, retirar estes sujeitos do que se considerava como “bestialidade”. Desta forma, para a autora, a conformação dos corpos por meio do trabalho e da ocupação, inclusive das horas vagas, fazia parte do projeto cristianizador (BRUST, 2007).

Assim, a própria estratégia dos aldeamentos, em que os nativos eram inseridos não apenas em outro espaço, mas substancialmente em outro estilo de vida e de ocupação do tempo, são vistos como formas de mudança comportamental. Além disso, a autora chama a atenção para o fato de que a assim dita “civilização” do indígena representava a formação de uma força de trabalho, uma reserva de mão-de-obra que servia ao projeto colonizador mais amplo. Nesta esteira, o “ócio selvagem” é visto pelos religiosos, também, como uma espécie de ação demoníaca (BRUST, 2007).

Cabia, portanto, aos missionários, descobrir até que ponto este conseguira avançar nos Trópicos, livrando os povos autóctones de sua ação perniciosa, seja através da política das Aldeias, a qual previa o disciplinamento do corpo através de leis e punições destinadas a combater as três práticas corporais consideradas abomináveis aos olhos de Deus pelos jesuítas, quais sejam, o incesto, o canibalismo e a nudez. (BRUST, 2007. p. 8)

Nesse sentido é que o texto citado entra na análise das ações para com as crianças, neste caso, as indígenas. Ao tratar a respeito da prática dos castigos nas aldeias, traz a citação ao tronco:

Ao lado da Igreja, Mem de Sá mandara instalar o tronco e o pelourinho, como forma de “lhes mostrar que têm tudo que os cristãos têm, e para o meirinho meter os moços no tronco, quando fogem da escola e, para outros casos leves, com a autoridade de quem os ensina e reside na Vila (...) são muito contentes e recebem melhor o castigo que nós” (BRUST, 2007, p. 10)

A autora também remonta à ideia da infância vista como período propício à catequese. Os pequenos, ainda não totalmente contaminados pelos pecados de seus pais, teriam seus corpos e mentes mais propícios a serem moldados, distanciados dos costumes que tanta aversão causava aos catequizadores. Nesta tarefa, as casas, colégios e escolas desempenhavam um papel relevante: “Nas escolas, [...] aprendiam a detestar a ingestão de carne humana assim como rejeitar os costumes e tradições de seus ancestrais, sob uma rígida disciplina que previa ásperas repreensões, açoites e privações para aqueles que não se enquadrassem ao padrão disciplinar [...]” (BRUST, 2007, p. 16).

A autora defende, ao longo do texto, que a ocupação do tempo era critério fundamental no desenvolvimento da ação jesuíta, sobretudo quando voltada às crianças indígenas. Ocupar o tempo com atividades, tarefas e trabalhos era uma forma de evitar que o ócio, o tempo livre, levasse ao “pecado”, aos maus costumes que tanto os jesuítas lutavam para coibir. Assim, sobre a estrutura do ensino jesuíta, a autora aponta:

A estrutura de ensino montada pelos jesuítas desenvolvera-se em dois planos fundamentais: o das escolas elementares (de ler, escrever e contar), direcionadas às crianças pequenas e os colégios, voltados para a instrução superior dos adolescentes. [...] preencher todas as horas livres com ladainhas, rezas, missas doutrinas, aulas de ler e escrever, cantos e festas religiosas [...] As clivagens de gênero também estavam presentes: aos meninos, geralmente ensinava-se a ler, contar e escrever, às meninas, o ensino voltava-se para os chamados “mistérios femininos”, o coser, o lavar, o fazer rendas, isto é, aqueles serviços domésticos tão necessários aos fins colonizatórios. (BRUST, 2007, p. 17)

Ao retomar narrativas jesuítas, a autora mostra como os pequenos faziam procissões e aplicavam-se as chamadas “disciplinas”. De acordo com os relatos, nestas disciplinas a que os pequenos se submetiam, não raro aparecia até sangue, aspecto que Del Priore (1991) também tratou. Do ponto de vista dos padres, tais penalidades físicas eram vistas como algo “purificador”, como critério moralizante: “Na verdade, o projeto pedagógico jesuítico insere-se no movimento mais amplo de valorização da infância europeia e da disciplina escolar como forma de aperfeiçoamento moral e espiritual das crianças, [...] permanentemente vigiadas e policiadas por seus tutores (BRUST, 2007, p. 18)”. A relação entre o movimento de valorização da criança na Europa e o eco que o mesmo encontra na ação jesuíta também foi tratado por Del Priore (1991), como acima mencionamos.

Também tratando a respeito das escolas e do ensino dos jesuítas no século XVI, temos o texto “Tópicos em história da educação na América portuguesa: as representações de escola, ensino e aluno nas cartas dos primeiros jesuítas (1549-1583)”, publicado por Marcos Roberto de Faria, em 2010. Neste texto, o autor, baseado nas cartas de Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, busca apresentar as representações que estes faziam a respeito de escola, ensino e aluno. Apoiado na categoria de Representação, de Chartier (1990), o autor busca encontrar, nas narrativas destes padres, a construção representativa que os mesmos fizeram a respeito dos termos mencionados (FARIA, 2010).

O autor argumenta, em consonância com as demais referências aqui estudadas, que uma das principais causas para a preferência jesuítica para o ensino das crianças indígenas seria a “inconstância” dos adultos: ou seja, a percepção de que não havia continuidade ou mesmo firmeza na conversão dos indígenas adultos. A ação jesuíta, então, se focou em separar as crianças de seu meio, ensiná-las e doutriná-las no cristianismo. Os padres, por meio de suas cartas, insistiam em que tais crianças não apresentavam resistências ao ensino e doutrina cristã. Ao longo do texto, o autor levanta as representações que os mencionados jesuítas faziam a respeito de aluno, escola e ensino, sendo uma contribuição relevante para compreensão do ideário educacional da Companhia (FARIA, 2010).

Outro texto a trazer contribuições para a temática é “Práticas pedagógicas jesuíticas na América portuguesa: evangelização e ensino para crianças indígenas no século 16”, publicado em 2016 em coautoria de Ana Casimiro, Camila Silveira e Maria Cleidiana Almeida. As autoras abordam no artigo o que denominam como “estratégias pedagógicas” utilizadas pelos jesuítas para catequese das crianças nativas no Brasil colonial. Destacam os objetivos dos jesuítas de atrair as crianças para, por meio delas, chegar aos adultos e, ainda, apontam como a metodologia de trabalho dos inacianos foi se modificando e se adequando às realidades locais ao longo do tempo e à medida em que suas experiências aumentavam também. Para as autoras,

As crianças se tornaram importantes instrumentos da evangelização e facilitavam o trabalho dos padres na aproximação dos adultos. Os curumins se faziam presentes em todos os momentos solenes nos quais tinham importante participação, desde os momentos fúnebres até as atividades mais festivas [...] (CASIMIRO, SILVEIRA e ALMEIDA, 2016, p. 139).

O texto retoma conceitos em consonância com os demais autores e autoras já mencionados, tais como o alegado “gosto por aprender” visto pelos jesuítas nas crianças indígenas, o papel de mediadores que estes fariam, levando aquilo que aprendiam até seus pais, bem como as queixas dos inacianos à vida seminômade de alguns destes povos, que dificultava a constância e a continuidade na catequese dos pequenos. As autoras ainda destacam que a concepção de educação que os jesuítas pretendiam diferia, substancialmente, da formação geral que os povos indígenas davam às suas crianças: daí muitas vezes se lançar mão do aldeamento, da separação entre pais e filhos, em nome do sucesso do processo de educação e catequese (CASIMIRO, SILVEIRA e ALMEIDA, 2016).

Três dos trabalhos analisados apontam especificamente para concepções de criança, em desenvolvimento nos séculos XVI e XVII. São análises de tratados de jesuítas que, entremeio a outros assuntos, também se debruçavam sobre as questões da infância. São os textos de Fernando Ripe, “A exortação do poder pastoral na educação das crianças em um tratado de Alexandre de Gusmão, América Portuguesa (Século XVII)” (2017); de Fernando Ripe e Mauro Dillmann, “Do cuidado, que devem ter os pais dos mininos defuntos: preservação da infância e conselhos espirituais do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, século 17” (2017) e o texto de João Rebalde, “A liberdade humana e as suas diferentes situações existenciais: a infância, o sono, a demência e a ignorância no pensamento de Luis de Molina (1535-1600)” (2014).

Fernando Ripe (2017) analisa a obra “Arte de criar bem os Filhos na idade da Puerícia”, publicada em Portugal em 1685 e de autoria do jesuíta Alexandre de Gusmão. A partir de um arcabouço teórico foucaultiano, o autor analisa a obra do jesuíta e as orientações nela contidas para a formação das crianças, no caso, do “perfeito menino cristão”. O autor afirma que a vigilância e a punição são conceitos centrais na referida obra de Gusmão, orientando aos pais de meninos que “como Deus”, tudo vissem e tudo castigassem.

Em outra análise da obra de Gusmão, Ripe e Dillmann (2017) dão especial enfoque a respeito dos cuidados, por parte dos pais, na educação e proteção espiritual dos filhos, principalmente na ocasião da morte destas crianças. Ao longo do artigo, são destacados elementos da obra do jesuíta que versam a respeito de situações que os autores denominam como práticas para preservação da infância, versam sobre os perigos da morte infantil, bem como os cuidados espirituais em caso de tais mortes. Além disso, os autores apontam como o jesuíta atribuía, aos pais, culpa quando da negligência na educação das crianças.

Este artigo aponta para certas concepções de infância na obra de um pensador específico e relevante no contexto da Companhia de Jesus, qual seja, o padre Alexandre de Gusmão. O fato de tal produção se encontrar no contexto do século XVII nos dá indícios de como, ao longo da existência da Ordem e de seu desenvolvimento na lida com o campo educacional, o pensamento a respeito da criança e da infância foi sendo desenvolvido, no próprio contexto da Companhia.

Ademais, como aponta o próprio Ariès (1981), o sentimento de infância foi, pouco a pouco, sendo desenvolvido na sociedade moderna, sendo suas mudanças, bem como o aumento das sensibilidades a este respeito, sentidas ao longo do desenvolvimento histórico de tal conceito, fato a que Del Priore (1991) também chamou atenção em seu trabalho.

Já Rebalde (2014) trabalha em seu texto o conceito de liberdade, na concepção do jesuíta Luis de Molina, especificamente em sua obra “*Concordia liberi arbitrii cum gratiae donis, divina praescientia, providentia, praedestinatione et reprobatione*”, de 1588.

A infância emerge na discussão do artigo quando o autor delimita alguns “estados” ou “situações existenciais” nas quais, para o jesuíta em questão, “não estão reunidas condições para o pleno alcance do livre arbítrio” (REBALDE, 2014, p. 514). Entre tais estados estaria a infância, para além do sono, da demência e da ignorância.

O trabalho é relevante para esta pesquisa por trazer à tona o pensamento de um padre jesuíta, no contexto do século XVI, a respeito da infância e da própria liberdade da criança. Segundo o autor, para Molina, a criança não seria de todo um ser sem liberdade, mas teria uma liberdade parcial, incompleta, expressa especialmente na capacidade de realizar atos volitivos livres e na capacidade de reconhecer “bem e mal”. A liberdade ainda não seria alcançada completamente por conta de a criança não contar ainda com uma “estrutura de racionalidade [...] totalmente desenvolvida” (REBALDE, 2014, p. 515).

Neste sentido, vemos um posicionamento de um jesuíta do século XVI a respeito da natureza da criança: esta seria ainda um ser sem total liberdade, incapaz de distinguir racionalmente a realidade por completo, livre apenas no que diz respeito a atividades básicas, volitivas por assim dizer. Esse pensamento pode justificar, por exemplo, o aldeamento, o apresamento, a compra de meninos e outras atividades que proporcionavam a catequese compulsória das crianças.

O uso da língua para aculturação dos nativos é o ponto central do artigo “Educação e primeiros letramentos no Brasil: redução cultural indígena”, publicado em 2018 por Guilherme Lima Cardozo. No trabalho, o autor problematiza o processo a que chama de “redução” das línguas nativas indígenas ao passo em que eram aprendidas e apropriadas pelos jesuítas. Com especial destaque para José de Anchieta, o autor discorre sobre os movimentos linguísticos empreendidos pelos jesuítas e que teriam por objetivo final a transformação da língua portuguesa “em uma língua de herança, através dos letramentos de pequenos curumins, que com o tempo passavam a usar mais o português que sua língua materna” (CARDOZO, 2018, p. 120).

De certa forma o trabalho toca na questão da infância, ao problematizar o ensino, a catequese e a língua, no que o autor chama de “redução cultural indígena”. Sabemos, pela historiografia em geral da presença e ação dos jesuítas no Brasil que as crianças, os “curumins”, foram seus principais alvos de ensino e catequese.

No âmbito de teses e dissertações, analisamos, neste trabalho, a tese de Costa (2004), e as dissertações de Pereira (2007) e Buecke (2019).

Defendida no ano de 2004, no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba, a tese “A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)” tratou a respeito do que seu autor, Célio Juvenal Costa, chamou de “racionalidade jesuítica”: uma organicidade e lógica nas

ações da Companhia de Jesus. Para Costa (2004), a racionalidade permeia o trabalho e a organização da Companhia de Jesus de forma geral, perpassando a catequese, o ensino nas casas e colégios, a administração dos bens, a missionação em geral. Sendo assim, a racionalidade jesuítica é considerada como fio condutor das ações da Companhia. Não poderia ser diferente quando aborda a educação e a formação dispensadas às crianças.

Como os demais autores aqui tratados, Costa também destaca o fato de os jesuítas se voltarem, cedo, à catequização das crianças, por vezes colocada, em termos de importância, acima da própria catequese dos adultos. Tratando a respeito das missões da Companhia de Jesus na Índia, em termos que depois vão se repetir no Brasil, Costa destaca que:

O batismo das crianças ia ao encontro de uma estratégia, aos poucos percebida e burilada pelos jesuítas, de catequizar as crianças, pois elas ainda não tinham outra religião arraigada em suas vidas, como era o caso dos adultos, os quais se convertiam e muitas vezes voltavam atrás devido à pregação dos sacerdotes nativos. Outro motivo que levou os jesuítas a optar pelo batismo em massa das crianças era o fato de que a mortalidade infantil parecia ser muito intensa naquela época e território, pois acreditavam que as crianças eram inocentes e, nesses casos, sem pecados e passíveis de serem batizadas. (COSTA, 2004, p. 54)

Com relação ao trabalho dos jesuítas com as crianças no Brasil, o autor aponta, em consonância com a bibliografia até aqui estudada que:

Depois da missa, o momento mais importante no processo de evangelização dos índios no Brasil era o catecumenato, ou seja, a catequese específica das crianças e jovens, os indiosinhos. Como pode-se ver em Xavier, aqui no Brasil os jesuítas também perceberam que a educação das crianças se tornava um caminho muito frutífero para desenvolver as missões. Na carta [...] de Nóbrega para o Dr. Navarro, de 1549, o jesuíta se ocupa também de mostrar o sucesso das conversões entre os índios. É uma carta edificante para os jesuítas, [...] informando que era pelas crianças que se iniciava a conversão, as quais convertiam, por sua vez, seus pais. Nesse primeiro momento o que se percebe, e que aparece nesta mesma carta, é que as crianças e os chefes das tribos eram os alvos preferidos das primeiras conversões, pois através deles toda a tribo seria convertida. (COSTA, 2004, p. 65-66)

O trabalho de Costa se fundamenta em extensa bibliografia e uso, também extenso, de fontes primárias. Diversos aspectos da ação dos jesuítas são abordados no trabalho e pode-se encontrar, ao longo do mesmo, diferentes menções aos trabalhos de jesuítas com as pequenas crianças, sejam portuguesas, indígenas, mestiças ou escravizadas. Ainda que não conte com uma subdivisão própria para o tratamento do trabalho dos padres da Companhia junto aos pequenos, visto que este não é um objetivo do trabalho, esta tese é rica em menções ao tema, sendo também uma relevante bibliografia para tratarmos o trabalho dos padres jesuítas com as crianças no Brasil Colonial.

A dissertação “Os curumins da terra brasílica: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica”, defendida em 2007 por Érika Carolina Pereira no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, caminha no objetivo de

compreender a atuação dos padres jesuítas frente, especificamente, ao ensino das crianças indígenas, os curumins. A autora compreende que os padres da Companhia, em meio a seu trabalho de conversão e ensino dos curumins acabaram por desenvolver uma pedagogia própria, que envolvia aspectos como ensino da língua portuguesa, utilização das línguas indígenas, ensino por meio de música, teatro e mesmo dos rituais litúrgicos (PEREIRA, 2007).

Para tanto, a autora percorre fontes primárias destacando a imagem da criança sob a ótica dos jesuítas, e mesmo a visão destes padres a respeito das relações destas com suas famílias. Antes, porém, analisa o papel e o lugar social destas crianças nas suas comunidades originais (PEREIRA, 2007). Este ponto do trabalho é particularmente interessante, pois a autora, ao se propor analisar a ação jesuíta analisa, também, a ação educacional dos povos nativos sobre suas crianças, fugindo da ideia de que a educação apenas apareceu no Brasil com a chegada dos padres europeus.

No capítulo em que analisa mais detidamente as informações das fontes primárias, das cartas jesuíticas, a autora dá destaque para aspectos do aprendizado e ensino da língua, destacando as adaptações linguísticas feitas pelos jesuítas para o ensino da catequese aos nativos. No mesmo capítulo, ainda trabalha com o conceito de um ensino jesuítico que chama de “ritualístico, mnemônico e disciplinar” (PEREIRA, 2007. p. 122), além de trazer uma discussão a respeito do ensino por meio da musicalização.

Uma segunda dissertação analisada foi a de Jane Elisa Otomar Buecke, com o título “Infância e práticas educativas na Amazônia seiscentista”. O trabalho foi defendido em 2019 no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. Nesta dissertação, a autora pretendeu analisar práticas educativas envolvendo crianças da região da Amazônia, delimitando sua análise ao século XVII. Entre outros, analisa cartas e documentos produzidos por frades capuchinhos e também por jesuítas, nomeadamente João Felipe Bettendorff e Antônio Vieira.

Em sua análise, a autora assinala um sentimento de infância na Amazônia do século XVII, tanto por parte dos povos nativos quanto por parte dos religiosos. Por parte dos nativos, o trabalho salienta que o sentimento de infância pode ser capturado pela análise dos rituais de passagem, bem como pela delimitação de fases da vida, assim compreendida por estes. No que se refere à Igreja, a autora considera que a importância dada à catequese e aculturação infantil, por parte dos religiosos, aponta, também, para um tratamento diferenciado dado à criança, ainda que com o propósito, por vezes, de utilizar-se destas para o projeto catequizador (BUECKE, 2019).

No trabalho destacam-se as aprendizagens das crianças nos povos nativos, nomeadamente entre os Tupinambá, antes de abordar as práticas educativas dos religiosos europeus. Desta forma, o trabalho amplia a compreensão de que havia, localmente, uma cultura nativa em que a criança e sua aprendizagem, em sentido lato, tinham seu lugar. Além disso, a autora trabalha com o que denomina “Saberes linguísticos”, “Saberes musicais”, “Danças”, “Jogos, brincadeiras e saberes práticos” para mostrar como os religiosos organizavam o ensino ministrado aos pequenos na Amazônia do século XVII (BUECKE, 2019).

Queremos finalizar a exposição com um artigo de Bittar e Ferreira Júnior, por título “O estado da arte em história da educação colonial”, de 2010, em que os autores se propõem novamente tratar a educação colonial brasileira, no período de hegemonia da Compa-

nhia de Jesus, isto é, de 1549 a 1759. Escolhemos este texto para finalizar a exposição pois acreditamos que, entre todos os analisados, é o que melhor aponta caminhos de pesquisa em aberto sobre a educação e a Companhia de Jesus no Brasil Colonial.

Os autores sustentam neste texto de 2010 que, ao contrário do que possa parecer, os estudos e pesquisas a respeito da atuação dos padres da Companhia de Jesus na educação colonial não são matéria vencida. Por meio de números de trabalhos apresentados em eventos da área de História da Educação, os autores demonstram que há preponderância dos estudos a respeito do período republicano no Brasil, com menor produção a respeito do Império, e, ainda menor, sobre o período colonial. Os autores são de posicionamento contrário à ideia de que “o que havia para ser dito [sobre a educação colonial e a Companhia de Jesus] já foi” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 1). Para os autores, há ainda pesquisas a serem desenvolvidas e, mais que isso, eles identificam mesmo lacunas em tal produção.

Ainda segundo os autores “[...] o tema em pauta é propício a suscitar duas posições divergentes entre si: uma favorável e outra contrária à ação jesuítica no Brasil colonial” (BITTAR e FERREIRA JÚNIOR, 2010, p. 7). Por isso, defendem que a posição epistemológica dos estudos a respeito dos jesuítas é algo relevante, devendo ficar claro nas pesquisas desenvolvidas a este respeito.

Em síntese, a análise das produções sobre jesuítas e a educação no Brasil Colonial, para estes autores, aponta para o fato de que são possíveis e necessários outros estudos neste campo, posição com a qual concordamos, no que tange ao tratamento, trabalho e, sobretudo, às concepções e ideias sobre crianças e o sentimento de infância por parte dos padres da Companhia de Jesus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta revisão bibliográfica ora empreendida, nos deparamos com trabalhos complexos, pesquisas profundas, de fôlego, a respeito de diversos aspectos da ação da Companhia de Jesus no Brasil Colonial. Neste conjunto de textos analisados, alguns se propõem avançar a respeito do que denominamos “concepções” de criança e infância esboçadas pelos padres da Companhia de Jesus. São trabalhos que versam a respeito das ações da Companhia para com as crianças, mas tentam também apontar para algumas ideias a respeito da natureza daqueles pequenos. Outros, por sua vez, analisam mais as ações da Companhia junto às crianças, os fatos, as formas de aculturação: o modo do ensino, as estratégias, os aldeamentos, a catequese.

O que os trabalhos têm em comum é apontar a relevância que as crianças, ao longo do tempo, adquiriram para os padres da Companhia. Os trabalhos são unânimes ao apontar o já conhecido “desânimo” que pouco a pouco se instaurou entre os jesuítas a respeito da catequese dos nativos adultos e a esperança que os padres depositaram, pouco a pouco, na catequese dos pequenos curumins.

Salientamos que compreender os primórdios da educação das crianças na Colônia, bem como as primeiras concepções de infância aqui desenvolvidas contribuem para compreensão global da infância no Brasil, bem como do desenvolvimento histórico dos conceitos de proteção à infância, educação e formação humana. Debruçar-se sobre a história

da educação das crianças é esforçar-se por ampliar a visão de como estas são (e foram) compreendidas, e de como se desenvolveram os meios para sua humanização e educação.

Queremos concluir este texto apontando para nossas conclusões. O que podemos concluir com as análises é, entre outras questões, a possibilidade e, talvez, a necessidade ainda de estudos que privilegiem as concepções de criança e infância esboçadas pelos jesuítas. Sabemos que o próprio conceito de infância está ainda no início de seu desenvolvimento no século XVI, mas acreditamos ser possível, por meio de uma ampla gama de escritos destes padres, empreender um esforço para inferir a compreensão que estes tinham das crianças às quais se dirigiam.

Este trabalho, portanto, espera contribuir no sentido de balizar em que ponto estão as produções a respeito da Companhia de Jesus e sua ação para com as crianças e, assim, apontar ainda para novos campos e frentes de pesquisa que podem ser desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BATISTA, Eraldo Leme. Jesuítas e ensino religioso no Brasil. **Reflexão**, vol. 46, 2021, p. 1-11.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. A pedagogia brasílica nos primeiros tempos da colonização: escolas de ler e escrever, teatro, música e ensino de artes mecânicas. **Revista IRICE**, Nº 32, 2017. p. 13-38.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. Infância, catequese e aculturação no Brasil do século 16. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 81, n. 199, p. 452-463, set./dez. 2000.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. O estado da arte em história da educação colonial. **Navegando pela história da educação brasileira**, v. 1, p. 01-23, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267547259_O_ESTADO_DA_ARTE_EM_HISTORIA_DA_EDUCACAO_COLONIAL Acesso em: 22 jan. 2022.

BRUST, Monique. Corpo submisso, corpo produtivo: Os jesuítas e a doutrinação dos indígenas nos séculos XVI e XVII. **Revista Aulas**, N.4 – abril 2007/julho 2007. p. 1-32.

BUECKE, Jane Elisa Otomar. **Infância e práticas educativas na Amazônia seiscentista**. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará. Belém: UEPA, 2019.

CARDOZO, Guilherme Lima. Educação e primeiros letramentos no Brasil: redução cultural indígena. **Motricidades: Rev. SPQMH**, v. 2, n. 2, p. 120-134, maio-ago. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.29181/2594-6463.2018.v2.n2.p120-134>

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencour Santos; SILVEIRA, Camila Nunes Duarte; ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de. Práticas pedagógicas jesuíticas na América portuguesa: evangelização e ensino para crianças indígenas no século 16. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 95, p. 133-143, jan./abr. 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 55-83.
CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Antônio Marcos. Os significados das crianças indígenas brasileiras (séculos XVI e XVII). **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 10(1), 2000, p. 11-30.

COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de doutoramento (Educação). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.

DEL PRIORE, Mary. O papel branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: _____ (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

FARIA, Marcos Roberto de. Tópicos em história da educação na América portuguesa: as representações de escola, ensino e aluno nas cartas dos primeiros jesuítas (1549-1583). **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, v.16, n.31, p.43-58, jan./jul. 2010.

GUIDO, Humberto. História Social da criança: subsídios para a pesquisa historiográfica da infância (1530-1599). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 2 – mai./ago. 2015. p. 599-618

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., Moisés. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCHA, Carlos, (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. p. 3-30.

LODOÑO, Fernando Torres. Crianças e Jesuítas nos primeiros anos da evangelização do Brasil. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, n. 11, p. 97-116, abr./jun. 1995.

PEREIRA, Érika Carolina. **Os curumins da terra brasilica: a educação da criança no século XVI e a pedagogia jesuítica**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCAR, 2007.

REBALDE, João. A liberdade humana e as suas diferentes situações existenciais: a infância, o sono, a demência e a ignorância no pensamento de Luis de Molina (1535-1600). **Veritas**, Porto Alegre, v. 59, n. 3, set.-dez. 2014, p. 511-522.

RIPE, Fernando Cezar; DILLMANN, Mauro. Do cuidado, que devem ter os pais dos mi-ninos defuntos: preservação da infância e conselhos espirituais do padre jesuíta Alexandre de Gusmão, século 17. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v.21, n.51, p. 271-295, jan-abr. 2017. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/65915>>.

RIPE, Fernando. A exortação do poder pastoral na educação das crianças em um tratado de Alexandre de Gusmão, América Portuguesa (Século XVII). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.2, p. 522-541, maio-ago. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.2.2017.9955>>.

SANTOS, Fernanda. O Colégio Jesuíta no contexto do Século XVI: formação de um novo homem. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 37, ago. 2017. p.167-182.

DADOS DOS AUTORES

FELIPE AUGUSTO FERNANDES BORGES

Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga. É líder do Grupo de Pesquisa História, Educação e Cultura – GPHECULT (IFPR) e participa do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: felipe.borges@ifpr.edu.br

ELENICE ALVES DIAS BORGES

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Interdisciplinaridade e Docência pelo Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga. Graduada em História. Participa do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: elenice.adborges@outlook.com

Submetido em: 02-08-2022

Aceito em: 13-02-2023